

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



Sessão Temática 3: Políticas públicas, planejamento urbano e integração regional

A INTERVENÇÃO DO SETOR PÚBLICO NA FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

THE INTERVENTION OF THE PUBLIC SECTOR IN THE SOCIO-SPATIAL FORMATION OF THE STATE OF MATO GROSSO

LA INTERVENCIÓN DEL SECTOR PÚBLICO EN LA FORMACIÓN SOCIOESPACIAL DEL ESTADO DE MATO GROSSO

Julio Cezar de Lara¹ Cidonea Machado Deponti²

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

RESUMO

A partir de 1960 o governo federal iniciou políticas de estímulo a interiorização da população e da economia em direção ao Centro-Oeste brasileiro. Estas políticas resultaram no surgimento de novos municípios, novas forças políticas locais e finalmente na divisão territorial do Estado de Mato Grosso efetivada em 1979. Considerando as ideias oriundas da Teoria Desenvolvimentista e da Teoria do Desenvolvimento Dependente este artigo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: Como se deu a formação socioespacial do Estado de Mato Grosso na reorganização territorial dos Estados ocorrida pela Assembleia Constituinte Brasileira de 1979? O objetivo da pesquisa foi analisar a intervenção do setor público na formação socioespacial do território mato-grossense ocorrida no período anterior a 1979. Os procedimentos metodológicos envolveram uma abordagem qualitativa do problema, sendo utilizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica para levantamento e análise dos dados. Com a pesquisa pode-se concluir que as ações do Governo Federal possuíam interesse em ocupar os "espaços vazios" no Estado de Mato Grosso para integrar as economias nacionais procurando evitar a superpovoação de algumas regiões, evitar os conflitos de terras no sul do país e ainda atender interesses internacionais com as exportações de produtos primários (grãos e carne).

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Desenvolvimentismo. Desenvolvimento Dependente.

RESUMEN

A partir de 1960, el gobierno federal inició políticas para estimular la interiorización de la población y la economía hacia el Medio Oeste brasileño. Estas políticas resultaron en el surgimiento de nuevos municipios, nuevas fuerzas políticas locales y finalmente en la división territorial del Estado de Mato Grosso realizada en 1979. Mientras las ideas surgidas de la Teoría del Desarrollo y la Teoría del Desarrollo Dependiente, este artículo tiene como objetivo problema de investigación la siguiente pregunta: ¿Cómo ocurrió la formación socio-espacial

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



del Estado de Mato Grosso en la reorganización territorial de los Estados que tuvo lugar por la Asamblea Constituyente Brasileña de 1979? La investigación tuvo como objetivo analizar la intervención del sector público en la formación socioespacial del territorio de Mato Grosso ocurrida en el período anterior a 1979. Los procedimientos metodológicos implicaron un abordaje cualitativo del problema, utilizando un enfoque exploratorio y bibliográfico. investigación para la recopilación y el análisis de datos. Con la investigación se puede concluir que las acciones del Gobierno Federal tuvieron interés en ocupar los "vacíos" en el Estado de Mato Grosso para integrar las economías nacionales, tratando de evitar la superpoblación de algunas regiones, evita conflictos territoriales en el al sur del país y siguen atendiendo intereses internacionales con exportaciones de productos primarios (granos y carnes).

Palabras-clave: Desarrollo regional. teorías desarrollista Desarrollo Dependiente.

ABSTRACT

From 1960 onwards, the federal government initiated policies to stimulate the interiorization of the population and the economy towards the Brazilian Midwest. These policies resulted in the emergence of new municipalities, new local political forces and finally in the territorial division of the State of Mato Grosso carried out in 1979. Considering the ideas arising from the Developmental Theory and the Dependent Development Theory, this article has as its research problem the following question: How did the socio-spatial formation of the State of Mato Grosso take place in the territorial reorganization of the States that took place by the Brazilian Constituent Assembly of 1979? The objective of the research was to analyze the intervention of the public sector in the socio-spatial formation of the territory of Mato Grosso that occurred in the period before 1979. The methodological procedures involved a qualitative approach to the problem, using an exploratory and bibliographic research for data collection and analysis. With the research it can be concluded that the actions of the Federal Government had an interest in occupying the "empty spaces" in the State of Mato Grosso to integrate the national economies, trying to avoid the overpopulation of some regions, avoid land conflicts in the south of the country and still meet international interests with exports of primary products (grains and meat).

Keywords: Regional development. theories. developmentalist. Dependent Development.

INTRODUÇÃO

A partir de 1950 vários autores iniciam a mudança de paradigma sobre o crescimento equilibrado nos países subdesenvolvidos, também são denominados como países periféricos ou com industrialização tardia. Hirschman é um dos autores que demonstra que o desenvolvimento surge a partir de uma cadeia de desequilíbrios através de um desordenamento natural o que contrariava a teoria econômica *mainstream* e vários economistas como Rosenstein-Rodan, Nurkse, Lewis e Scitovsky (BIANCHI, 2007). Na América Latina ganham os holofotes científicos teóricos que possuem teses desenvolvimentistas como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Os governos, por sua vez, iniciam planos e criam estratégias, com base em teorias desenvolvimentistas, que apontam para uma convergência entre o setor econômico e político.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



A terceira obra de Hirschman tem como conceito principal o princípio da mão-escondida, uma metáfora do conceito de Weber, para associar as consequências não intencionais da ação humana. Para Hirschman alguns projetos de desenvolvimento possuem os desdobramentos potenciais ignorados ou subestimados. Para o autor se os elaboradores dos projetos, na fase de planejamento, tivessem a informação completa sobre as dificuldades que teriam envolvidas poderiam ter decidido pelo abandonado do projeto (BIANCHI, 2007).

Outro autor que corrobora com a compreensão do desenvolvimentismo de Hirschman é Bielschowsky quando descreve que um projeto com ênfase no fator econômico voltado à industrialização não irá superar a pobreza e o subdesenvolvimento nos países (BIELSCHOWSKY, 1988 apud MOLLO; FONSECA, 2013). Para Bielschowsky a espontaneidade das forças de mercado não é capaz de criar desenvolvimento no país sem a atuação do Estado como indutor, como agente planejador ou como investidor direto do desenvolvimento nacional. Conforme Mollo e Fonseca (2013) a preferência pelas políticas desenvolvimentistas, por parte dos marxistas, deriva da aceitação de que o Estado vai atuar em um papel de estimulador efetivo no combate ao desemprego, proporcionando ao trabalhador uma posição melhor na relação capital-trabalho.

A forma inovadora que Hirschman apresentou suas propostas sobre desenvolvimentismo fez com que se tornasse um autor de relevância nas discussões. Os conceitos de Hirschman serão importantes para explicar a formação socioespacial de Mato Grosso, considerando a existência de: a) processos de indução; b) ganhos incrementais e c) consequências não intencionais.

O DESENVOLVIMENTO E A DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Cardoso e Faletto são autores que também reagem a corrente teórica de sua época por entenderem que a teoria econômica *mainstream* ignorava a especificidade histórica dos países considerados subdesenvolvidos. Para os autores para criar uma estratégia de desenvolvimento é preciso analisar o percurso histórico de cada país e como estes se vincularam ao mercado mundial pois só a perspectiva econômica será insuficiente. Logo era preciso que na análise econômica existisse o acréscimo de uma análise da perspectiva sociológica, pois o desenvolvimento em si é um processo social (CARDOSO; FALETTI, 1970).

Conforme Leme (2015) Cardoso, ainda na década de 1950, criticava os textos cepalinos, pois estes apelavam ao: a) capital estrangeiro para promover a rápida industrialização; b) reestruturação da política fiscal, com alterações no regime de propriedade da terra e c) ação coordenadora na condução do desenvolvimento nacional, na tentativa de obtenção de resultados similares aos países centrais que eram considerados desenvolvidos.

Com ideias e ideais marxistas e procurando uma aproximação teórica entre a dialética de Marx e sociologia de Weber, Cardoso e Faletto entendiam que a mudança da estrutura social implicaria em um processo de relações entre os grupos, forças e classes sociais, que tenderiam a impor sua forma de dominação e que com a ajuda de uma interpretação sociológica poderia se explicar a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas, dando a entender um novo momento no processo de modernização em que os países estariam “em desenvolvimento”.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



Assim para que existisse uma análise integrada do desenvolvimento, Cardoso e Faletto (1970) explicam que é preciso vincular concretamente os componentes econômicos e sociais do desenvolvimento e não os justapor, pois na maioria das vezes o poder econômico se expressará através da dominação social de seu processo político estabelecendo a forma econômica que seja compatível com seus interesses e objetivos. Isso gera o que os autores chamam de “situação de dependência” quando analisam o caso dos países latino-americanos no processo de desenvolvimento.

O “Desenvolvimento Dependente” dos países latino-americanos, defendidos por Cardoso e Faletto, ressalta à importância de entender e analisar: a) o modo de integração das economias nacionais no mercado internacional e, no âmbito interno dos países, b) as vinculações de subordinação ao exterior e da reorientação do comportamento social político e econômico em função de interesses nacionais pois "o sistema interno de alianças políticas altera-se, além disso, muitas vezes em consequência das alianças existentes no plano internacional" (CARDOSO; FALETTI, 1970, p. 29).

Diante do exposto e considerando as principais ideias oriundas do Desenvolvimentismo de Hirschman e do Desenvolvimento Dependente de Cardoso e Faletto, os governantes brasileiros das décadas de 1970 e 1980 viam o Estado como descrito por Mollo e Fonseca (2013, p. 234): “sempre necessário, embora propondo, regulamentando e intervindo de forma diferente conforme a conjuntura, as necessidades específicas e o projeto nacional desejado pelo país” e por essa razão resolveram realizar a ocupação das áreas subpovoadas como o centro-oeste brasileiro.

POLÍTICAS DE ESTÍMULO A INTERIORIZAÇÃO NO MATO GROSSO

De acordo com Coy, Töpler e Zirkl (2020) o Centro-Oeste foi uma das regiões da América do Sul que conseguiram mudar totalmente seu perfil nas últimas décadas devido a globalização. Foi durante os governos ditatoriais iniciados em 1964 que surgem diversas políticas de estímulo à interiorização da população e da economia em direção ao Centro-Oeste, surgindo “nossos adensamentos políticos em torno de pontos que prosperaram economicamente, o que levou a criação de novos municípios” (SOUZA-HIGA; ANZAI; GATTI, 2017, p. 13). Essas políticas tinham como objetivo integrar as regiões centrais do país (conhecidas como espaços de vazios econômicos e demográficos) aos eixos econômicos-industriais.

Para Coy, Töpler e Zirkl (2020) as longas distâncias até os centros urbanos do País somada a carência de rodovias para realização transportes fez com que o Centro-Oeste brasileiro permanesse por um quase total isolamento por gerações. Foi só a partir de 1964, sob a coordenação de sucessivos governos militares, que o estado de Mato Grosso foi priorizado e inserido nos programas e planos nacionais de desenvolvimento, com objetivo de atender as propostas desenvolvimentistas (NUNES, GATTI, SOBRINHO, 2008). Esta implantação de planos e programas de desenvolvimento regional provocou a expansão e modernização da agropecuária em áreas até então desintegradas do cenário econômico brasileiro.

Conforme Nunes, Gatti e Sobrinho (2008) as intervenções destinaram-se principalmente para a implantação de infraestrutura de redes de transporte e comunicação assim como a incentivos

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



PROMOTORES:



APOIO:



fiscais e distribuição de terras a empreendedores e empresas que tivessem a pretensão de fixar-se nas áreas que eram conhecidas como de "insegurança nacional". Nunes, Gatti e Sobrinho (2008) afirma que foram estas intervenções estatais e particulares em Mato Grosso que resultaram na atual matriz do agronegócio, sobretudo do complexo sojífero o que é também comprovado por Coy, Töpler e Zirkl (2020) quando relatam que várias das novas cidades surgidas entre 1964 e 1985 despontam como municípios de maior sucesso econômico no Brasil.

Vale ressaltar no período imediatamente anterior ao de 1964, houve modificações territoriais no Estado de Mato Grosso refletivas pela construção de Brasília e o início da implantação de rodovias (Belém-Brasília e Brasília-Acre), com um aumento na taxa de crescimento de 68,18% no período entre os anos de 1950 e 1960 e surgimento de vários novos municípios (NUNES; GATTI; SOBRINHO, 2008). Para Coy, Töpler e Zirkl (2020) os principais projetos viários que abriram o centro-oeste se iniciaram, a partir da construção de Brasília. Durante o período vários órgãos foram criados para dar suporte as políticas ocupacionais das áreas localizadas ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. Merecem destaque a criação dos seguintes órgãos:

- 1959 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
- 1966 – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM
- 1967 – Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO
- 1967 – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral
- 1967 – Ministério do Interior
- 1970 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA
- 1972 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

O fato do estado do Mato Grosso estar inserido na Amazônia legal fez que com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazonia (SUDAM) fosse a principal entidade nas ações de desenvolvimento de grandes empreendimentos. Conforme Nunes, Gatti e Sobrinho (2008) o governo federal lançou mão de uma série de medidas voltadas ao estímulo de desenvolvimento do meio rural com objetivo de vincular o setor industrial ao setor rural, como por exemplo a venda por preços baixíssimos de terras federais nas regiões centro-oeste e norte do Brasil para investidores do sul e sudeste do Brasil, assim como para empresas estrangeiras.

Cabe o destaque neste período para grandes investimentos federais na construção de rodovias federais (conhecidas como BR) apoiadas no discurso de Integração Nacional. Entre as principais rodovias há duas que merecem destaque e contribuíram para a migração para o estado de Mato Grosso, são elas: BR-364 que interliga o centro ao norte do país, iniciando na capital do Mato Grosso (Cuiabá) e finalizando na capital de Rondônia (Porto Velho) e a BR-163 que interliga a capital de Mato Grosso (Cuiabá) à capital do Pará (Belém). Outros programas e planos criados para promover o desenvolvimento e a integração nacional durante a década de 1970, encontram-se descritos no quadro 1.

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

RELAGS



PROMOTORES:



APOIO:



Quadro 1. Programas e Planos que envolviam diretamente o estado de Mato Grosso na década de 1970

Nome do Programa/Plano	Ano de Implantação	Objetivo do Programa/Plano
Programa de Integração Nacional – PIN	1970	Financiar obras de infraestrutura, como abertura de rodovias federais e outras ações
Programa de Redistribuição de terras e Estímulo a Agroindústria – PROTERRA	1971	Oportunizar ao pequeno produtor a aquisição de sua propriedade de terra, ampliando a produção de alimentos, fibras, forrageiras e animais
Corredores de exportação – COREXPORT	1971	Diversificar e aumentar as exportações de produtos agropecuários
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste – PRODOESTE	1971	Construir uma rede rodoviária básica, prioritária, conjurada a um sistema de estradas vicinais e a uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos, bem como a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos de água e recuperação de terras
Programa de Incentivos à Produção de Borracha Vegetal – PROBOR	1972	Aumentar a produção e produtividade do setor de borracha vegetal e criar condições para a consolidação e expansão da heveicultura no País, com a gradativa substituição do seringal nativo pelo de cultivo racional
Programa Nacional de Desenvolvimento - PND I	1972	Desenvolver e integrar as áreas marginais as áreas economicamente consolidadas
Programa de Desenvolvimento da Amazônia – POLAMAZÔNIA	1974	Promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais, em áreas prioritárias da Amazônia
Programa de desenvolvimento do Pantanal – PRODEPAN	1974	Criar condições para ampliar o rebanho existente na área e melhorar seus padrões de qualidade e produtividade
Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO	1975	Promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias no Centro-Oeste e no Oeste do Estado de Minas Gerais, mediante a ocupação racional de áreas selecionadas, com características de cerrado
Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL	1975	Estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos
Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento de Cerrados - PRODECER	1978	Estimular e desenvolver a implantação de uma agricultura moderna, eficiente e empresarial, de médio porte, na região dos cerrados

Fonte: Nunes; Gatti e Sobrinho (2008), com adaptações.

Durante toda a década de 1970 as perspectivas criadas com os incentivos e as facilidades que programas federais apresentavam despertavam o interesse dos empresários nacionais e estrangeiros e o estado de Mato Grosso passava a ser considerado uma nova opção de investimentos e obtenção de lucros com baixos riscos. Começaram a ser instaladas grandes

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



empresas agropecuárias e algumas colonizadoras o que alterava o padrão de organização espacial do estado (NUNES; GATTI; SOBRINHO, 2008).

Conforme Coy, Töpler E Zirkl (2020) o estado de Mato Grosso se tornou uma das áreas mais importantes da pecuária extensiva em grandes propriedades que se beneficiavam dos incentivos fiscais; o Cerrado teve sua paisagem modificada pela agricultura modernizada que agora determinava sua paisagem. No entanto a ascensão do agronegócio seguiu acompanhada por uma crise na agricultura familiar que era o resultado da política de modernização agrícola conversadora que não obteve compromisso com a sustentabilidade pois suas maiores preocupações foram o atendimento ao mercado e à exportação; dessa forma os custos ecológicos (descaracterização da paisagem, erosão, poluição das águas, etc) foram enormes (COY; TÖPLER, ZIRKL, 2020).

1979: MATO GROSSO, UM ESTADO DIVIDIDO ENTRE SULISTAS E NORTISTAS

Como se demonstrou, foi a partir da década de 1960 que o estado de Mato Grosso passou a ser uma alternativa real para auxiliar na solução de problemas nacionais e conseqüentemente realizar a ocupação dos “espaços vazios”. Várias regras tradicionais tiveram alterações como por exemplo o conceito de “uso da terra” sendo substituído por “posse legal”. Para Castro et al (1994) a nova realidade se manifestou com a intensificação da industrialização da agricultura, acentuamento da heterogeneidade estrutural da agricultura e a expulsão de áreas antigas dos minifundiários. Conforme os autores a ocupação do Mato Grosso veio a ocorrer tanto pela grande empresa como pelo pequeno produtor, ou seja, aquele com fins especulativos e aquele que iria produzir para se alimentar.

A segunda divisão do estado de Mato Grosso não ocorreu devido aos incentivos e políticas federais vistos até aqui ou o crescimento populacional e ocupação do estado ocorrido nas décadas de 1960 e 1970. Estes aspectos históricos apenas confirmaram e deram força a um movimento separatista que entendia que a divisão do estado de Mato Grosso era inevitável. As raízes do movimento pela divisão de Mato Grosso encontram-se no fim do século XIX, decorrente de aspectos econômicos, sociais e políticos que marcaram o início do regime republicano (CALVACANTE; RODRIGUES, 1999; PÓVOAS, 1992).

As constantes lutas entre os coronéis nortistas e coronéis sulistas pela disputa do poder local provocava o não desenvolvimento da região, sendo que em 1937 o presidente Getúlio Vargas nomeou interventores federais e estes passaram a reprimir os movimentos separatistas do sul. Várias eram as justificativas para a divisão do estado: A grande extensão territorial, a diversificação do processo de povoamento, as condições históricas e econômicas (CALVACANTE; RODRIGUES, 1999).

Em 1959 com a eleição de Jânio Quadros, um mato-grossense do sul, para a presidência da República a campanha divisionista ressurgiu pelos sulistas com o slogan “dividir para multiplicar”, enquanto os nortistas tinham a esperança na transformação de Mato Grosso em um estado grande, com potencialidade de suas riquezas naturais e um dos mais importantes da Federação (PÓVOAS, 1992, p.122). Não havendo sucesso na empreitada de 1959, os sulistas continuaram as ofensas aos nortistas dizendo-lhes que “viviam às expensas do Sul” (PÓVOAS,



III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS

ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022

PROMOTORES:



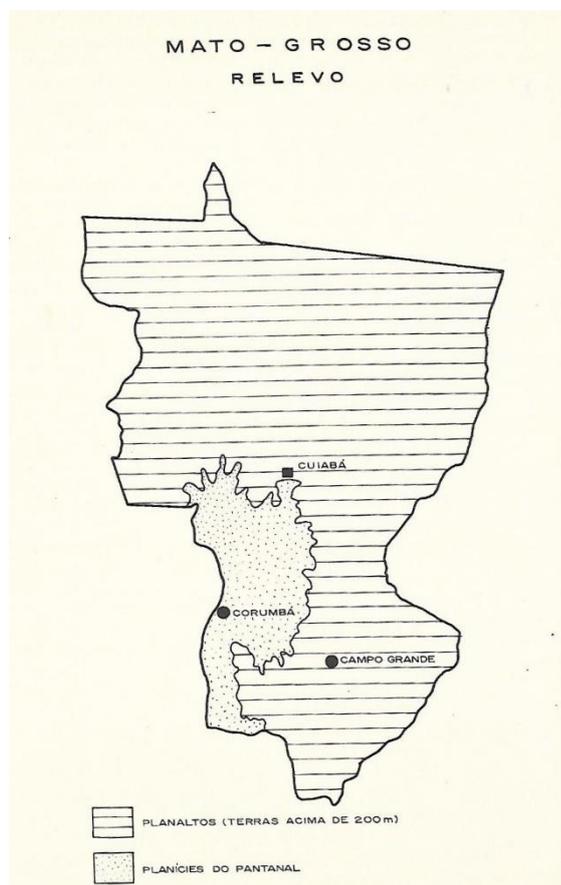
APOIO:



1992, p.122). Só em 1963 que as lideranças do empresariado e da sociedade cuiabana, já cansados das ofensas do sul mato-grossenses, assinam um manifesto na capital Cuiabá para divisão do estado de Mato Grosso, encontrando terreno propício se alastrando rapidamente (PÓVOAS, 1992).

Assim o desmembramento entre a porção norte do estado e a porção sul do estado foi promulgada pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977 e o novo estado (Mato Grosso do Sul) instalado em 1º de janeiro de 1979. Vale destacar que a Lei Complementar que dividiu o estado não foi promulgada mediante a aprovação da população através de um plebiscito, na prática foi efetivada por um ato arbitrário do presidente Ernesto Geisel. A figura 1 demonstra como estava o Estado de Mato Grosso em 1976.

Figura 1 – Mapa do Estado de Mato Grosso em 1976



Fonte: Póvoas (1977)

A divisão do estado de Mato Grosso fez com a política de colonização oficial sofresse alterações. A partir de 1978 houve uma ação conjunta entre o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que até então não possuía o papel de fiscalizador das empresas particulares de colonização e as Cooperativas. O objetivo declarado pela política de colonização oficial era o acesso à terra para pequenos produtores, quando na realidade, argumentam Castro

III SLAEDR

SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

III ELAGS ENCUESTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL

VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL



DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022



et al (1994, p. 266) “o que se buscava era a racionalidade da ocupação das terras através de uma ordenação dos fluxos migratórios.

Castro et al (1994) argumentam que a colonização oficial ocorrida no Norte de Mato Grosso foi, no primeiro momento, efetivada por pequenos produtores expulsos de áreas em que vinham causando tensões sociais, principalmente no Rio Grande do Sul. A união das cooperativas com o governo federal, através do INCRA, nos projetos de colonização possibilitou um direcionamento ao desenvolvimento agrário com a política de transferência dos pequenos produtores do sul para a Amazônia.

Conforme Nunes, Gatti e Sobrinho (2008) com a divisão territorial o atual estado de Mato Grosso, passou a beneficiar totalmente dos programas das regiões amazônica e centro-oeste e outros programas de incentivo a grandes empreendimentos que foram disponibilizados pela SUDAM, sendo eles: Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) criado em 1981 para financiar obras de infraestrutura e implantar projetos de colonização nas áreas de influência da BR-364 e o Programa de Desenvolvimento Integrado Eixo Norte-BR 163 (PRODIEN) criado em 1984 para fomentar a infraestrutura viária da região de influência da BR 163.

Com os planos e programas de incentivo ocupacional do governo federal o estado de Mato Grosso, no período de 1964 e 1985, foi objeto de grandes fluxos migratórios oriundas de todas as partes do Brasil, sendo uma das consequências desses fluxos os paradoxos de um desenvolvimento desequilibrado: desmatamento, surgimento de novos municípios, crescimento sem planejamento de cidades, aumento de conflitos sociais no campo e na cidade, desemprego e subemprego, ausência de uma política ambiental sustentável (NUNES; GATTI; SOBRINHO, 2008).

CONCLUSÃO

O processo desenvolvimentista elucidado por Hirschman é observado no período de 1964 a 1985 no estado de Mato Grosso. É neste período que os processos políticos e governamentais procuravam impulsionar a ocupação de "espaços vazios" com várias ações que instigavam o desenvolvimento regional.

Em diversas situações pode-se observar que a atuação do Estado como indutor de planos e programas não resultaram em processos organizados ou em perfeita harmonia, havendo aproximação do que Hirschman denomina de desenvolvimento desequilibrado. Exemplo deste desequilíbrio foram os programas federais oferecendo a venda de terras a preços baixos para incentivar o acesso a pequenos produtores quando a realidade foram grandes empresas e colonizadoras aproveitando a oportunidade de consolidar empreendimentos em um novo espaço territorial.

Outro princípio de Hirschman observado na formação socioespacial de Mato Grosso foi o da mão-escondida. Várias ações governamentais eram realizadas, como por exemplo a construção de Brasília entre os anos de 1956 e 1960 e seus resultados não eram totalmente esperados: a construção de Brasília provocou o aumento da ocupação populacional no estado de Mato Grosso. Dessa forma pode-se afirmar que os processos de indução por parte do governo federal, entre os anos de 1964 e 1985, obtiveram ganhos incrementais e estão de acordo com a teoria do desenvolvimentismo de Hirschman.

Mas apenas a teoria do desenvolvimentismo de Hirschman não é capaz de explicar completamente a motivação do porquê da indução de ações pelo governo federal ao estado de Mato Grosso. Para uma explicação mais completa dos fatos utilizamos a teoria do



III SLAEDR
SIMPÓSIO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
III ELAGS ENCUENTRO LATINO AMERICANO DE GESTIÓN SOCIAL
VII SIDER SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

 **DE 8 A 11 DE NOVEMBRO DE 2022**

PROMOTORES:



APOIO:



agronegócio em Mato Grosso - Os eixos da BR-163 e da BR-158 em perspectiva comparativa. _____; BARROZO, João Carlos; SOUZA, Edison Antônio. Brasília: Ed. IABS, 2020.

LEME, Alessandro André. **Desenvolvimento e dependência na interpretação sociológica de Fernando Henrique Cardoso**. *Análise Social*, 216, L (3º), Lisboa: Universidade de Lisboa, 2015.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais**. *Revista de Economia Política*, vol 33, nº 2 (131), pp 222-239, abril-junho/2013.

NUNES, Maria Aparecida; GATTI, Flávio; SOBRINHO, Rosangela Alves. **Políticas territoriais e desenvolvimento regional no Estado de Mato Grosso**. IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional - SIDER. Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC, 2008.

PÓVOAS, Lenini C. **Mato Grosso um convite à fortuna**. Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda, 1977.

PÓVOAS, Lenini C. **Síntese de História de Mato Grosso**. 2 ed. Cuiabá: Ed. Resenha, 1992.

SOUZA-HIGA, Tereza Cristina Cardoso; ANZAI, Leny Caselli; GATTI, Flávio. Formação da estrutura agrária produtiva dos municípios da fronteira oeste brasileira com a Bolívia. In.: PENHA, Bruna; NETO, Walter Antonio Desiderá; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. **O Mercosul e as regiões de fronteira**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.